

Michel Misse

Malandros, marginais e vagabundos

A acumulação social da violência no Rio de Janeiro



Prefácio	7
Introdução	13
1 Violência, crime e corrupção: conceitos exíguos, objeto pleno	41
Violências	45
Incriminação e sujeição criminal	52
Da acusação social à criminalização-incriminação	56
Da criminalidade real à demanda de incriminação	66
A sujeição criminal	70
Condensação criminal e pobreza urbana	73
2 A acumulação social da violência	79
Números e representações	83
Virar crime: a seleção social das ilegalidades	84
Virar vítima: mensurações médicas das violências	87
Lugar do crime: onde ocorrem os homicídios?	96
A criminalização no Rio de Janeiro (1942–1997)	104
O buraco negro da vitimização	120
Os “núcleos fortes” da demanda de incriminação	130
3 Metamorfoses do fantasma	133
A incriminação no Rio de Janeiro	134
Os indiciados (1950–1967)	136
Os indiciados por enfrentamentos e violências (1950–1967)	144
Os condenados no Rio de Janeiro (1967–1997)	153
Crianças e adolescentes infratores	159
Os números-representações e a questão da impunidade	162
O problema da impunidade	163
Demandas de punição e contraviolência	176
Pobreza e crime	178
As várias aparições do fantasma	187
O fantasma marginal (1950–1970)	191
1958: um ano tranquilo?	193
4 A sujeição criminal	205
Assaltantes e traficantes	223
Características	226
Avaliações da própria trajetória	227
Duas conversões	231
“Bapu”: nas franjas da sujeição criminal	238
A acumulação social da sujeição criminal	242
A apropriação privada dos meios de incriminação	245
Exploração e extermínio da sujeição criminal	247

5	Malandros, marginais e vagabundos	249
	Tradições sociais do banditismo urbano carioca	254
	Tipos sociais e sujeição criminal	257
	O “malandro” e o “valente”	259
	O “marginal”	266
	Do marginal ao vagabundo	270
	Broto e o “trama”: uma trajetória de vida	274
6	O “movimento”: mercados ilícitos e violência	289
	O Rio como um bazar	290
	Mercadorias políticas e criminalização	300
	Os mercados ilícitos no Rio de Janeiro	303
	O “movimento”	309
	Dos assaltos ao tráfico: a constituição das redes (“comandos”)	314
	O “movimento” no atacado e no varejo	316
	A organização local do tráfico	319
	Mercado informal ilegal, narcotráfico e mercadorias “políticas”	328
	Políticas criminais e demanda de mercadorias políticas	331
7	Estruturação das redes, domínio local e sociabilidade	335
	Metamorfoses do “movimento”	336
	O “domínio” nos morros e favelas: reconstituição a partir da imprensa	343
	Juramento	346
	Acari, Lucas, Vigário Geral e adjacências	347
	Morro de São Carlos	348
	Providência	349
	Subúrbios da Leopoldina e da Central	350
	Tijuca, Salgueiro, Andaraí, Borel e Morro dos Macacos	352
	Zona Oeste	353
	A estruturação das redes como “comandos”	354
	Do assalto a bancos ao Comando Vermelho e ao tráfico de drogas: trajetórias	359
	A sobreposição dos mercados ilícitos	368
	Da favela da Zona Sul, anos 1960, à Vila Proletária do Brasil, anos 1970–1990	372
	Famílias, domínio local e cotidiano	381
	As “causas”: percepções de “Mateus”	388
	Conclusões	391
	Continuidades	392
	Antiguidade	393
	Metamorfoses	395
	Acumulação da “associação constitutiva” crime–pobreza urbana	397
	Fontes	401
	Bibliografia	403

Prefácio

Mais de vinte anos separam esta edição dos originais da tese de doutorado que, com o mesmo título, defendi no antigo Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) em 1999. Nesse intervalo, publiquei muitos trabalhos que aproveitaram partes da tese e desenvolveram, modificaram ou esclareceram melhor os principais argumentos ali inicialmente apresentados. Embora não publicada em livro, a tese circulou livremente em formato digital e continua a ser o mais citado de meus trabalhos. A oportunidade de fixá-la em livro sempre existiu e sempre terminou recusada em virtude da perda do banco de dados associado às tabelas e gráficos ali apresentados. A perda do *drive* externo (*backup*) em que estavam os tais dados e o próprio texto da tese obrigou-me, na época, a recorrer à cópia em disquetes que havia enviado ao meu orientador, professor Luiz Antônio Machado da Silva. Salvou-se o texto, que ele conservara, mas não os gráficos vinculados ao banco de dados, o que me obrigaria a reconstituir todo esse material para publicar a tese em livro. Os gráficos sobreviveram como imagens impressas, desconectadas de sua origem estatística e, mesmo assim, apenas em alguns dispositivos.

A convite do professor Roberto Kant de Lima havia, então, a possibilidade de publicação na Editora da Universidade Fluminense. Entretanto, não consegui – entre tantos outros encargos acadêmicos e profissionais – tempo e disposição para recuperar a base de dados. A tese permaneceu circulando sob forma digital, mesmo sem os gráficos e alguns diagramas.

A oportunidade novamente oferecida pela Faperj, ao apoiar esta edição, exigiu-me decisões difíceis mas incontornáveis. Não teria nem condições de refazer agora o banco de dados. Os avanços tecnológicos permitiram, felizmente, que se pudesse aproveitar os gráficos impressos na edição original da tese, sem necessidade de refazer sua conexão com o banco de dados. O ideal teria sido atualizar toda essa parte, mas isso também exigiria reescrever grande parte dos capítulos 2 e 3. Preferi deixar como está, tanto mais tranquilo pelo fato de que, alguns anos após a defesa da tese, descobri as estatísticas criminais da década de 1950 no Rio de Janeiro e, com a colaboração de pesquisadores do Necvu (UFRJ), organizamos o conjunto conhecido de estatísticas criminais do Rio de Janeiro de 1908 até o ano de 2001 (Misse, 2007).

Outra razão para não tentar *aggionar* o texto veio do fato de que estou atualmente coordenando amplo projeto de pesquisas intitulado “A acumulação social da violência no Rio de Janeiro: novos desafios”, que envolve pesquisadores do Necvu (UFRJ), do

Ineac (UFF) e do Geni (UFF), com apoio da Faperj. Essa pesquisa tem por objetivo reavaliar todo esse longo período posterior ao texto original, seja do ponto de vista dos desenvolvimentos da abordagem ali apresentada, incluindo a sua atualização estatística, seja pela análise dos desdobramentos que, no Rio de Janeiro, levaram a novas configurações dos mercados ilegais, de novas formas de repressão à sujeição criminal e ao surgimento e expansão das chamadas “milícias”, que operam pela exploração sistemática de mercadorias políticas. Os seus resultados deverão suprir, nesse intervalo de mais de vinte anos, a atualização que se fazia necessária ao texto original, aqui apresentado.

Quando comecei a escrever este livro, em meados dos 1990, havia pouca pesquisa de campo sobre o jogo do bicho, o tráfico de drogas a varejo, a criminalidade violenta e a corrupção policial no Rio de Janeiro. Trabalhos pioneiros, entre os quais as minhas próprias incursões anteriores no tema, foram e são reconhecidos pela sua contribuição ainda quase sempre solitária, como as pesquisas de Edmundo Campos Coelho, Alba Zaluar, L A Machado da Silva, Marcelo Lopes de Souza, Antônio Rafael Barbosa, José Claudio de Souza Alves e Andreilino Campos. Hoje a situação é inteiramente outra, com muitos grupos de pesquisa e núcleos inteiramente voltados à pesquisa e pós-graduação nessa área, que se consolidou nos últimos vinte anos como das mais produtivas e reconhecidas das ciências sociais no Brasil.

Mantive, assim, a inteireza do texto, das tabelas, diagramas e gráficos originais. Não achei conveniente nem mesmo atualizar as notas de pé de páginas que fazem referências datadas. Todos as compreenderão no seu tempo. Análises bibliográficas são publicadas em grande número desde então e poderão, a cada vez que apareçam, atualizar sempre mais aquela que Roberto Kant de Lima, Ana Paula Mendes de Miranda e eu mesmo publicamos no *Boletim Informativo e Bibliográfico da Anpocs* no ano 2000.

O leitor julgará se o tempo decorrido entre a tese e o livro foi favorável às hipóteses desenvolvidas e ao modelo analítico proposto.

Michel Misse
Rio de Janeiro, 31 de maio de 2022

Devo este livro à colaboração de muitas pessoas e instituições e me é impossível nomear a todos, sob o risco de cometer injustiças. Todas as referências que faço no corpo da tese, a pessoas, livros ou artigos, bases de dados e instituições devem ser consideradas também como referências de dívidas contraídas, a bem do desenvolvimento deste trabalho.

Entre as instituições, devo agradecimentos especiais ao Departamento de Sociologia do IFCS-UFRJ e ao seu corpo docente e de funcionários, que sempre atenderam às minhas solicitações, incentivando-me de diferentes maneiras; ao antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, atual Iesp, que me recebeu duas vezes, no mestrado e no doutorado, e ao seu corpo docente e de funcionários, pela constante atenção e disponibilidade às minhas demandas nem sempre razoáveis; ao CNPq, ao seu corpo de assessores e pareceristas, e aos seus funcionários da área de Ciências Sociais e Humanas, por me beneficiarem com uma Bolsa-Sanduiche, sem a qual não teria podido realizar a proveitosa estadia de doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, entre outubro de 1996 e setembro de 1997. À Faperj pelo apoio em vários projetos e, especialmente, por apoiar a edição deste livro.

Alguns amigos, colegas e professores foram especialmente importantes na minha trajetória: Dilson Motta (*in memoriam*), Marco Antonio da Silva Mello, Roberto Kant de Lima, Wanderley Guilherme dos Santos (*in memoriam*), Roberto da Matta, Elisa Pereira Reis, Gilberto Velho (*in memoriam*), Luís de Castro Faria (*in memoriam*), Paulo Baía, Filipina Chinelli. Tive a sorte de contar com dois excelentes interlocutores: Daniel Pécaut, que me recebeu na Ehess com uma gentileza pessoal e um interesse permanente pelo meu tema de pesquisa e Luís Antônio Machado da Silva (*in memoriam*), que orientou com seu conhecido senso crítico nossas convergências e divergências quanto ao objeto deste trabalho, dando-me toda a liberdade de até, eventualmente, contrariar suas próprias idéias sobre o assunto. Tenho por ambos hoje uma reconhecida amizade.

Aos meus alunos do IFCS-UFRJ, especialmente os que se inscreveram na disciplina “Direito e Sociedade”, em 1998, que transformaram seu trabalho de curso num pioneiro levantamento índice das principais notícias veiculadas sobre crime e violência por um conhecido periódico da cidade, de 1958 a 1981. Seu trabalho foi fundamental para a demonstração de algumas de minhas hipóteses. Agradeço particularmente a Jane Santos de Oliveira, que também me ajudou nas entrevistas, e a Gustavo dos Santos Pires, que aplicou questionários aos presidiários. Aos meus alunos bolsistas de iniciação científica do CNPq, Denise Nonato do Nascimento, Andréia Carla Gama da Silva e Luís Felipe Costa Coelho e aos nossos colaboradores Elena Monteiro Welper, Luís Otávio de Lima Gualberto, Bárbara Salvaterra Miranda e Carla Maria Serafini, que trabalharam comigo e ajudaram muito na pesquisa de fontes, em entrevistas e na pesquisa de campo, contribuindo para que eu formulasse o primeiro esboço do trabalho. Devo agradecimento muito especial a Denise Nonato do Nascimento e a Margarida. Elas me conduziram no meu principal trabalho de campo.

Aos meus pais, Constantino e Sumaya;
a Fátima Regina Gomes Tavares,
que acompanhou a concepção;
a André, Daniel e Michel Filho, minha esperança.

Introdução

O objetivo deste trabalho é propor uma abordagem analítica e um conjunto de hipóteses que, pretendo, sejam úteis ao esclarecimento de minha questão principal, a de que existiu uma específica “acumulação social da violência” no Rio de Janeiro. Embora o modelo se circunscreva explicitamente a essa cidade, ele pode ganhar abrangência pelos seus operadores analíticos e pelo que nele possa ser comum a outras grandes cidades brasileiras, das quais o Rio seria apenas uma versão exagerada, um “tipo ideal”. Não se trata de demonstrar um “aumento da violência urbana”, mas de incluir a percepção social do que seja esse aumento numa temática sociológica de “acumulação social de padrões diferenciados de sociabilidade”. Para tanto, proponho distinguir as representações sociais das diferentes práticas acusadas de violentas, dos processos sociais através dos quais essas práticas se acumularam, reciclando também a acumulação dessas representações. Passo das representações às práticas e destas retorno às representações, visando a detectar os principais momentos desse processo social de acumulação de variados referentes de um signo de insegurança e “perigo social” unificados no termo “violência urbana”. Embora esse termo seja recente e algumas vezes aplicado anacronicamente a épocas passadas, seu referente principal, que interliga práticas criminais, segurança pública e “perigo social” é antigo e diversamente recorrente na “memória social” da cidade.

Pretendo demonstrar que esse fenômeno, representado atualmente como um “fantasma”, não é exclusivamente decorrente de uma ruptura de padrões entre a criminalidade anterior aos anos 1980 e a criminalidade que se lhe seguiu até agora, mas dependeu de uma acumulação cíclica de padrões, experiências sociais e continuidades “subculturais”, sem as quais seria difícil explicar a montante, a persistência, a amplitude espacial e a formação de redes de quadrilhas e de corrupção policial cujos efeitos de violência passaram a ser representados como uma “novidade” na antiga Cidade Maravilhosa. Não se trata, evidentemente, de uma argumentação de “continuidade linear” ou “evolucionista”, mas da hipótese de um processo complexo de acumulação contínua por meio de metamorfoses de padrões, seja da sociabilidade intra e interclasses e de seus segmentos sociais, seja da seleção e migração de recursos e estratégias ilegais para a consecução de fins econômico-aquisitivos através de ligações e sobreposições entre diferentes mercados ilícitos.

A seleção do que deveria ou poderia ser incriminado não foi também, exclusivamente, apenas um “roteiro estereotipado” da polícia, mas uma demanda permanente e contínua de normalização das populações urbanas de baixa renda, primeiramente ex-escravos e estrangeiros imigrantes, posteriormente seus descendentes e as populações migrantes internas, mesmo se as condições de possibilidade de realização dessa normalização permaneceram, principalmente entre os jovens não brancos, sempre precárias ou insuficientes. A esse processo contínuo veio somar-se um novo processo, diferente do primeiro e mais universal, decorrente das desnormalizações de modelos de conduta anteriormente vigentes, principalmente a partir do crescimento dos mercados ilícitos das mercadorias do prazer e das sensações, particularmente as drogas, e das transformações de costumes e valores que afetaram e modificaram o significado do individualismo a partir do final dos anos 1960 em todo o mundo moderno.

A estratégia cognitiva dominante na crescente bibliografia,¹ especializada ou não, sobre o problema da criminalidade violenta nas grandes metrópoles brasileiras caracterizou-se, a partir dos anos 1980, por denunciar a falsa associação entre pobreza urbana e criminalidade (Perlman, 1973; Coelho, 1978, 1980; Paixão, 1990) e a impunidade dos criminosos pelos dispositivos de administração da justiça (Coelho, 1986, 1987). Essa estratégia dirigia-se contra a anterior tendência, geralmente de inspiração marxista, foucaultiana ou da chamada criminologia crítica, que caracterizou os primeiros trabalhos produzidos nessa área temática, de relacionar a marginalização econômico-social a subculturas criminais ou a estratégias de sobrevivência (Misse *et al.*, 1973; Misse e Motta, 1979; Misse, 1995; Guimarães, 1980; Oliven, 1982) ou de acusar o Estado brasileiro, então sob uma ditadura militar, de praticar a violência ilegítima ou garantir a “violência institucionalizada” contra os direitos humanos (Pinheiro, 1982, 1983, 1984).

Uma importante inflexão se produziu a partir dos trabalhos da antropóloga Alba Zaluar, que detectou a associação entre pobreza urbana e criminalidade pela mediação do tráfico de drogas, em sua pesquisa na Cidade de Deus, comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Não se tratava mais da antiga criminalidade das classes perigosas, mas de “crime organizado”, em que emergiam um “caráter empresarial” e uma utilização da mão de obra de jovens pobres para a realização de grandes lucros, principalmente no topo nacional e internacional do narcotráfico. Além disso, constatava-se uma rígida demarcação moral, nas populações urbanas pobres, entre “trabalhadores pobres e honestos” e “bandidos”, e distinguia-se radicalmente o que antes caracterizaria os antigos “malandros” e “marginais” dos atuais “teleguiados” e

1 Para um amplo levantamento bibliográfico da produção sobre a criminalidade violenta no Brasil após os anos 1980, ver Adorno (1993). Para uma sucinta avaliação da produção anterior aos anos 1980, ver Misse (1995). Para um levantamento da produção historiográfica, ver Bretas (1977). Para um levantamento mais recente da produção sociológica e antropológica nessa área temática no Brasil, ver Zaluar (1999).

“bandidos formados” (Zaluar, 1985, 1995a). Uma nova associação entre pobreza e criminalidade era reconhecida (Coelho, 1992), mas a mediação do tráfico e a atuação arbitrária e corrupta da polícia a complexificavam de um tal modo que não parecia adequado continuar a sustentá-la com os argumentos convencionais (Peralva, 1996).

O problema mais geral refere-se à avaliação empírica do processo pelo qual uma administração estatal do monopólio da violência legítima na distribuição de justiça, cujo modelo clássico é universalista e formalmente igualitário, adequa-se (funcionalmente ou não) a um reconhecido “déficit” estrutural de cidadania ou a um tipo dominante de cidadania excludente ou “regulada” (Santos, 1979, 1993; Soares, 1996). Nos anos 1990, a estratégia cognitiva passou a enfatizar o baixo índice de efetivação dos direitos civis, seja por discriminação social e racial (Caldeira, 1991, 1992; Adorno, 1995b; Zaluar, 1995a), seja por um sistema judicial e policial de tipo “inquisitorial” (Kant de Lima, 1991, 1993). De um modo geral, essa estratégia (mas não o conjunto das contribuições desses autores) recorta o objeto a partir da relação do Estado (e da cultura política) com a estrutura social brasileira, seja para argumentar com sua “ausência”, com sua “presença perversa” ou com sua “ambivalência” particularista-universalista, que o distingue dos Estados e da cultura política moderna, em seus modelos europeus ou norte-americanos. Quando não é o Estado o foco principal, mas a sociedade civil, acusa-se a centralidade do tráfico internacional de drogas na constituição do problema (Zaluar, 1998), a desigualdade na distribuição de renda (Adorno, 1995a) e a “crise moral” da sociedade brasileira (Velho, 1981). A “medida” que recorta os discursos sobre a violência, o individualismo, a discriminação, a crise moral e o Estado é, contrastivamente, a medida da “cidadania ideal”, seja comparativamente à modernidade “realizada” na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, seja em relação à utopia iluminista da “boa sociedade” e, à esquerda, do socialismo.

A situação, tal como empiricamente evidenciável, é, no entanto, de “dupla face” [*double blind*]. Toda a articulação dos discursos que se baseia no princípio da “cidadania ideal” é obrigada a enfrentar um objeto com condicionamentos sociais, culturais e históricos de tal monta, que a torna estranhamente “utópica” e descolada (até mesmo num sentido etnocêntrico) dos recursos reais que parecem ter a preferência dos agentes em seus modos de operar o poder. Do mesmo modo, toda a interligação entre reação moral dominante e lei penal, constitutivas do processo social de incriminação, aparece, no “plano ideal”, descolada das práticas efetivas (opinião pública, práticas policiais e judiciais) que são seguidas rotineiramente no Brasil (Kant de Lima, 1994). Ao reconhecimento de que não é ideal

(para o ponto de vista da cidadania moderna) o modo como se dá o processo de incriminação no Brasil, seguem-se perspectivas cognitivas e/ou normativo-prescritivas que ou colocam isso em suspensão fenomenológica, ao enfatizar ou criticar a impunidade, ou que temem admitir publicamente (ou mesmo compreender analiticamente) as redes sociais de poder que constroem, lidam e encaminham concretamente as várias “violências” detectadas na sociedade brasileira, sob a suspeita (ou a preocupação tácita) de que podem produzir um discurso “politicamente incorreto” (Machado da Silva, 1996). A representação de uma “crise moral” generalizada parece também “nova”, em ruptura com um passado “melhor”. Aqui também se verifica uma tendência a se desconhecer antigos referentes de “crise moral”, que pontuaram grande parte da construção social da nacionalidade brasileira.

Há uma anedota ignóbil, conhecida de muitos brasileiros, segundo a qual Deus ofereceu toda a beleza e variedade natural ao nosso território como uma compensação ao tipo de povo (ou de elite, segundo outras versões) que também pôs aqui. A ideia de que no Brasil “só dá ladrão” veio se acumulando ao longo do tempo, ciscando no terreno fértil de nossa histórica desigualdade social, ao lado de outras imagens, como a do brasileiro indolente, a do brasileiro vagabundo, a do brasileiro ignorante, do “jeca tatu”, mas também do brasileiro cordial, hospitaleiro, malandro e alegre. Foi sob o influxo dessa torrente do imaginário social que se constituiu uma estranha e ambivalente relativização do que seja incriminável neste país: prisões cheias de pequenos ladrões, contraventores e desocupados atravessaram décadas ouvindo falar em diferentes tipos de ladrões – na política, na economia e na alta sociedade – que jamais foram ou serão presos.

O Brasil urbanizou-se rapidamente, diferenciou-se ocupacionalmente, complexificou-se, modernizou-se, mas o mito de nossa origem nos degredados portugueses, criminosos que teriam fundado nossa índole, não se extinguiu, antes aprofundou-se. Na década de 1980, todo o país cantava um samba sintomático:

Se gritar pega ladrão
não sobra um, meu irmão!

Não se pense, no entanto, que se trata apenas de uma blague popular. Há teorias, livros, aventuras intelectuais que lidaram seriamente com o assunto, geralmente sob a rubrica de estudar o “caráter nacional brasileiro”. Um desses livros, intitulado *Origem da imoralidade no Brasil*, cuja primeira edição é de 1967, encerra seu último capítulo com a seguinte conclusão: “Os efeitos dos crimes, erros e vícios praticados na colônia continuam a manifestar-se, entre nós, sem que nada tenhamos feito, até hoje, para a sua eliminação.”²

2 Cf. Abelardo Romero, *Origem da imoralidade no Brasil: história da formação do caráter nacional* (Rio de Janeiro, Conquista, 1967).

Por que continuamos a pensar assim a respeito de nós mesmos e de nossa nação? Por que acreditamos tão firmemente que, como Oliveira Martins em 1880, “o pior mal do Brasil é a desordem moral”?³ Como podemos pensar nossos mitos e ícones de país alegre, tolerante, musical, festivo, sensual e hospitaleiro sem que a “superioridade” civilizatória europeia ou norte-americana se insinue para produzi-los como exotismo e assinalar sua “fraqueza moral”?⁴

Evidentemente o escravagismo é um motivo e tanto para contrastar as origens desses mitos e desses ícones com a emergência do individualismo moral no século XIX. O processo de normalização do individualismo possessivo europeu contraditava costumes de operar o poder próprios do patrimonialismo capitalista-mercantil, especialmente em sua vertente escravista. Ainda assim, é de origem escrava o célebre “Lundu do Pai João”:

Baranco dize: prêto fruta,
Prêto fruta co razão;
Sinhô baranco também fruta
Quando panha ocasião.
O prêto fruta farinha,
fruta saco de feijão;
Sinhô baranco quando fruta,
fruta prata e patacão.
Nêgo prêto quando fruta
vai pará na correção.
Sinhô baranco quando fruta,
logo sai sinhô barão.⁵

3 Oliveira Martins, *O Brasil e as colônias portuguesas*, Lisboa, 1880, *apud* Romero, 1967, p.225.

4 Jean-Baptiste Douville, escrevendo em 1833 sobre o Rio, onde fora comerciante, dizia que aqui era preciso um prazo de cinco a seis anos para obter-se, na justiça, um julgamento definitivo (*30 mois de ma vie*, Paris, 1833). Carl Seidler escrevia em 1837, a respeito do caso Kerst: “Mete-se num buraco de cachorro um cidadão sob a suspeita de haver praticado um crime, e só muito mais tarde se verifica sua culpa.” (Carl Seidler, *Zehn Jahre in Brasilien*, Leipzig, 1837) Essa e outras citações foram reunidas por Romero, no livro citado.

5 Citado em Romero, *op. cit.*, p.169.

O lundu resume boa parte das questões que, ainda hoje, são lembradas quando se tenta interpretar essa autoimagem nacional que se acumula com a história de nossos contrastes e de nossa desigualdade social e que não poupa sequer as instituições responsáveis pela ordem pública. O problema, quando se trata da polícia, chega a ganhar curiosa versão no samba “Acorda, amor”, de Julinho da Adelaide (Chico Buarque) em 1974:

Acorda, amor!
Eu tive um pesadelo agora
Sonhei que tinha gente lá fora
Batendo no portão, que aflição
Era a dura, numa muito escura viatura
Minha nossa santa criatura
Chame, chame, chame lá
Chame, chame o ladrão, chame o ladrão!

As narrativas criticam o objeto de uma perspectiva moral externa, mas o fazem, de algum modo, *sem romper com ele*, como que a denunciar *compreensivelmente* sua incongruência. Mas o mesmo pode acontecer de modo inverso: um sujeito posto na condição desse objeto, pode criticá-lo de uma perspectiva moral que não é externa ao sujeito, senão aparentemente. Entrevistando um ex-traficante, atualmente contraventor do jogo do bicho, que entrou na vida do crime ainda adolescente, nos anos 1960, e que passou vários anos na cadeia, ouvi dele que a facilidade com que adolescentes aderem ao crime “é por causa do Estatuto da Criança e do Adolescente, que não deixa esses meninos irem para a cadeia”. Ele, que foi para a cadeia e se tornou traficante, pensa que a cadeia desviaria os adolescentes de agora da trajetória que ele próprio percorreu. Tudo se passa como se sua própria biografia e sua própria experiência social, que não o demoveram do crime, fossem uma exceção.

Essa maleabilidade permite a muitos brasileiros afirmarem que no Brasil “só dá ladrão”, ora se incluindo, de forma sarcástica ou ambígua, na sua própria definição, ora se afastando criticamente, como que a dizer “o brasileiro – esse outro generalizado no qual não me incluo –, o “brasileiro, não eu, não minha família”. Um discurso complexo, cuja aparência incongruente produz uma estranha ambivalência moral, uma cisão *dentro do sujeito social* que, embora contraditória, não colide com o bom senso do sujeito e, estranhamente, não o torna inconsistente. O sujeito moral é capaz de se reforçar, com uma extraordinária maleabilidade, num ou noutro polo da acusação, para diferenciar-se do objeto da acusação, seguindo uma linha de afinidades eletivas que, em última instância, parece ser demarcada pela representação social de *violência*.

Opor o malandro ao bandido, durante algum tempo, separava os limites dessa ambivalência e garantia, pela idealização do primeiro, a justa estigmatização do segundo. No entanto, a violência parecia o limite da ambiguidade moral apenas para quem não achou graça do célebre samba de breque do “malandro” Moreira da Silva, “Na subida do morro”, que se ouvia em todas as rádios do país desde meados dos anos 1950, onde se descreve *maliciosa e humoristicamente* como a navalha cortou o “abdome” de um malandro, manipulada pelo próprio narrador, Kid Morengueira:

Hoje venho resolvido
vou lhe mandar para a cidade dos pés juntos
Vou lhe tornar em um defunto.

...

Você mesmo sabe
Que eu já fui um malandro malvado
Somente estou regenerado
Cheio de malícia, dei trabalho à polícia
Pra cachorro
Dei até no dono do morro

...

Hoje venho animado
a lhe deixar todo cortado
Vou dar lhe um castigo
Meto-lhe o aço no abdômen
Tiro o seu umbigo
[breque]

Pode-se falar que se trata apenas de humorismo de mau gosto, mas não é bem assim que ele é interpretado nas camadas populares e mesmo em alguns segmentos da classe média. A violência do *valente-justiceiro*, nesse samba, não provoca espanto e horror, mas gozação e xingamento à vítima. Nesse caso, a vítima é um bandido e o bandido é também um malandro “malvado”. Mas e quando a vítima não é *exatamente* um bandido? Em outro samba, “Legítima defesa”, já da década de 1980, de autoria de Bezerra da Silva, continuador da temática do primeiro, música de grande sucesso nas rádios populares, encontramos a resposta:

Olha, mas se eu não mato, eu morro
E se corro a moral não ficava de pé
Preferi dar um tiro na cara do cara
Que me achou com cara de Zé Mané.

Assim como na Colômbia a violência ganhou o *status* de uma representação-chave do “destino nacional”, transformando-se no substantivo próprio *La violencia* (Pécaut, 1996a, 1996b), no Brasil há uma representação que ganhou o *status* de *caráter nacional*, e que no imaginário social simboliza positivamente nossa autoimagem moral ambivalente: a *malandragem*.⁶ No entanto, nesse mesmo imaginário, a malandragem é representada como oposta à violência, embora não da perspectiva do individualismo moral ocidental. Opõe-se à violência por prescindir dela, por ser imaginada como superior a ela, ou por considerá-la temerária, mas não inteiramente de uma perspectiva precipuamente externa a ela.

A visibilidade do crescente aumento de homicídios e crimes graves nas grandes cidades brasileiras a partir de meados dos anos 1970 parecia ter rompido com esse imaginário e com toda a sua ambivalência moral. Em seu lugar, e como contraponto à violência, emergiu uma concepção autoritária da ordem pública que refez, no entanto, de um outro modo, toda a trajetória histórica da autoimagem de nossa ambígua *malandragem*. Apoiada numa polarização *interna* a esse imaginário, ela preconiza o extermínio dos ladrões e dos bandidos, num movimento de purificação do próprio caráter nacional. Não é de outro modo que se pode entender a significativa legitimidade que as políticas públicas repressivas (ou sua preconização) alcançaram nas últimas décadas. Frente a um discurso moderno e liberal ao mesmo tempo *estranho* (para uso geral) e *instrumental* (para uso próprio) e que se mostrou até agora incompetente para tratar os conflitos,

6 O tema comparece na literatura desde meados do século XIX, foi celebrizado na obra-prima do modernismo, *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade, e ganhou importante estudo de Roberto DaMatta, que nucleia suas teses sobre o “dilema brasileiro”. Cf. DaMatta (1978).

a nossa ambivalência moral tende a recusá-lo em nome de uma polarização moral que sempre lhe foi própria: “Bandido bom é bandido morto.” O que é, então, excluído da polarização moral e que faz toda a diferença em relação ao discurso liberal e moderno, são os *direitos civis* ou, nos termos que ganharam vigência na época da abertura política, os “direitos humanos”. Sem os direitos civis, a polarização moral mantém toda a sua malandragem intacta, mas uma malandragem que agora dá as mãos à violência. O histórico isolamento da perspectiva moderna e liberal continua, assim, a manter-se insólita nos abnegados e “idealistas” defensores dos direitos humanos, seres estranhos condenados por muitos por “defenderem apenas os direitos dos bandidos”. Como foi que esse nó se estabeleceu?

É inegável o extraordinário aumento da criminalidade violenta nas grandes cidades brasileiras no último quartel do século xx. Mais que um aumento extraordinário no número relativo de homicídios dolosos, roubos a residências e veículos, latrocínios, assaltos à mão armada e conflitos diversos com feridos e mortos, observa-se uma mudança inegável no padrão de sociabilidade das cidades, com insegurança na circulação por ruas e avenidas, mesmo de carro e durante o dia, mortes por balas perdidas, demandas de políticas de invasão militar a inúmeras áreas pobres, chacinas por grupos de extermínio. Em quase todas as grandes cidades brasileiras, e em algumas cidades de porte médio nas áreas de influência das grandes cidades, seguindo-se um padrão que ganhou visibilidade a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo, a maior parte dos prédios e residências foram cercados por dispositivos diversos de segurança, os horários de circulação pela cidade se tornaram relevantes para todos os seus habitantes e centenas de bairros e áreas são considerados perigosos quando não inacessíveis para quem não é morador.

É inegável também que esse aumento da violência criminal é diferenciado no tempo e no espaço dessas grandes cidades. A visibilidade desse aumento começa no Rio de Janeiro em meados dos anos 1950 e em São Paulo um pouco depois, acompanhando a urbanização rápida e a modernização contraditória do país, e vai se generalizando para outras capitais: Recife, Vitória, Aracaju, Salvador, Fortaleza. Entretanto, outras grandes capitais, como Florianópolis, Belo Horizonte, Curitiba, Belém, embora apresentando taxas de aumento da violência criminal, não parecem, até aqui, seguir, mesmo tardiamente, o mesmo padrão. Todo o país parece, então, se dividir em cidades classificadas como “perigosas” e cidades classificadas como “tranquilas” aos olhos de seus habitantes ou de seus visitantes. Além disso, entre as cidades percebidas como mais perigosas, como Rio de Janeiro e São Paulo, percebe-se não apenas variações que as hierarquizam comparativamente,⁷ como também que nascem de comparações entre seus mitos urbanos,

7 O secretário de Segurança Pública de São Paulo explicitou essa percepção ao afirmar que o crime no Rio “é mais organizado” e em São Paulo “mais pulverizado”. A disputa sobre qual das duas grandes cidades é “mais violenta” prossegue na comparação entre suas taxas de homicídios, de roubos e de vitimização em geral. Na mesma entrevista, diz-se que “é mais fácil combater o crime no Rio que em São Paulo, porque no Rio o crime é organizado” (*Folha de S. Paulo*, 23 de abril de 1998). A imprensa noticiou, no início de 1999, que a violência em São Paulo já havia superado a do Rio de Janeiro, comparando o número de homicídios durante o carnaval.

seus estilos de vida, suas etnias, sua estratificação por faixas de renda, sua ecologia social etc. Como se estabelece a percepção abrangente de uma “cidade perigosa”? A experiência das ruas, dos turistas, das rupturas da cotidianidade dos seus habitantes com pequenos e grandes delitos, mas também dos números e histórias divulgados na imprensa, confluem para constituir diferentes signos de um “perigo social”. Cada experiência singular de ruptura na sociabilidade aprendida, cada sintoma de transgressão (e a transgressão não é apenas a percebida nos encontros interindividuais, há também signos de transgressão *social* abrangente, de injustiças em grande escala), tudo isso contribui para a construção de um fantasma consistente, que espreeita o cotidiano público e privado e o equaciona com outros signos, como a miséria, a desigualdade econômico-social, a desnormalização dos cursos de ação sob a pressão de estratégias aquisitivas ou de estilos de vida orgiásticos, a incapacidade do Estado de realizar sua promessa de garantir a segurança coletiva e a sedução que muitas transgressões parecem crescentemente imprimir numa sociedade “de risco”.⁸ Tudo se passa também como se o fantasma fosse gerado por uma surpresa confinada à mudança no padrão de banditismo, como se a mudança nos padrões de sociabilidade não tivessem também mudado junto com a enorme transformação urbana do país, num movimento que nem antecede nem sucede ao aumento da criminalidade violenta.

Também é inegável que a visibilidade da violência criminal associada a um certo grau de organização criminal sempre foi maior no Rio de Janeiro, mesmo antes desse aumento verificado nos anos 1950. O jogo do bicho; a tradição de certos estilos de vida nas zonas boêmias, nos cortiços e, posteriormente, nas favelas cariocas, com suas escolas de samba, seus malandros e suas redes de solidariedade, mas também com seus valentes e suas “bocas”; a expressão cultural dos seus mitos urbanos e das suas lutas políticas e, principalmente, o fato de ter sido capital federal, porto e centro turístico nacional e internacional, além de sediar as principais empresas de comunicação do país, fizeram do Rio de Janeiro, particularmente desde a redemocratização do país em 1945, uma cidade especialmente observada por todos os brasileiros, uma complexa e mais abrangente “utopia urbana” brasileira, misto de sedução e receio, de atração e repulsa de um imaginário urbano cujas raízes se perdem na história cultural que forjou ou “inventou” nossa nacionalidade.⁹

A “invenção do samba” foi também uma “invenção” do Rio de Janeiro como cidade “típico-ideal” do Brasil, a invenção do “carioca” como um estilo de vida diferente, supostamente mais cosmopolita, bem-humorado e “superior”. A associação do “carioca” com o “malandro”, distinguindo-se de outros estereótipos regionais – o “mineiro” desconfiado; o “paraíba” ou “nortista”, violento na defesa da honra, “cabra-macho” e trabalhador “pé de boi”; o “paulista”,

8 Cf. Giddens (1995).

9 Tomo aqui emprestada a noção de “utopia urbana”, de Gilberto Velho, conferindo-lhe um significado mais abrangente. Cf. Velho (1973).

trabalhador compulsivo e “careta”; o “gaúcho”, machão, autoritário; o “baiano”, indolente, falador, também malandro etc. – indica uma invenção cultural que especifica o Rio, distinguindo-o das invenções (muitas vezes produzidas no próprio Rio, então capital da República) que constroem o imaginário das demais cidades (ou regiões) brasileiras.

Finalmente, é também inegável que o aumento do consumo de drogas nas grandes cidades brasileiras a partir dos anos 1970 relaciona-se à expansão de um mercado informal cuja moeda é a “violência”. É indiscutível que grande parte desse aumento da violência urbana associa-se, direta ou indiretamente, ao enorme crescimento do consumo de drogas, especialmente da cocaína, e de sua comercialização clandestina por redes de indivíduos e grupos que, nessas condições, fazem da “desconfiança recíproca” um padrão pragmático de sociabilidade e da violência uma referência cotidiana de toda convivencialidade.¹⁰

Entretanto, e por mais que haja também diferenciais de consumo de drogas entre as cidades perigosas e tranquilas do país, observam-se padrões distintos de criminalidade mesmo entre as cidades percebidas como perigosas. Ainda aqui o Rio de Janeiro parece ter recebido o foco principal: todas as cidades, inclusive São Paulo, comparam sua violência com a do Rio de Janeiro, e essa idealização comparativa não é, em absoluto, como se poderia pensar, uma questão irrelevante. Por que o Rio se constituiu em paradigma social por comparação, quando São Paulo quase sempre apresentou taxas de violência próximas ou até maiores que as do Rio?

Além da obviedade de uma “desilusão” com a utopia da “Cidade Maravilhosa”, e de sua permanente exposição à mídia, o Rio de Janeiro acumulou, a meu ver, uma violência criminal *sui generis*, que parece ter uma certa pretensão difusa de “legitimidade”, uma “justificação cultural”, uma “explicação histórica”. É como se o paradigma da violência carioca se constituísse em torno da representação de uma “subcultura subalterna” que vem se transformando e cujo perigo social (e sedução) é imaginado como passível de contaminar todo o país. A referência ao crime “organizado” do Rio, à “guerra civil” do Rio, à “cidade partida”, ao “problema da polícia” do Rio, tudo isso parece seguir um mesmo pressuposto, que distingue de saída a questão criminal do Rio, concedendo-lhe um estatuto típico-ideal, que serve de referência para comparações com o resto do país.

10 Machado da Silva chega a propor que uma nova forma de sociabilidade emerge, uma “sociabilidade violenta”, marcada por táticas, informações e linguagens específicas à adaptação a um modo de vida que se desenrola sob essas condições. Ver Machado da Silva (1997).

Malandros, marginais e vagabundos:
a acumulação social da violência no Rio de Janeiro
Michel Misse

© Lamparina editora

Conselho editorial
Luis Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)
Nadya Guimaraes (USP)
André Botelho (UFRJ)
Letícia Ferreira (UFRJ)
Raquel Weiss (UFRGS)
Daniel Veloso Hirata (UFF)
Mariana Possas (UFBA)

Direção
Tereza Andrade

Direção de arte
Fernando Rodrigues

Revisão
Alvanísio Damasceno

Esta obra foi composta em Bell Centennial e Miller
e impressa em papel Alta Alvura 75g/m²
e cartão Supremo 250g/m² pela Rotaplan
para a Lamparina editora.

Catálogo na fonte do Sindicato Nacional dos Editores de Livros
M662m

Misse, Michel
Malandros, marginais e vagabundos : a acumulação social da
violência no Rio de Janeiro / Michel Misse. - 1. ed. - Rio de
Janeiro : Lamparina : FAPERJ, 2022.

416 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9786588791202

1. Violência - Aspectos sociais - Rio de Janeiro (RJ).

2. Criminalidade - Aspectos sociais - Rio de Janeiro (RJ).

3. Violência - Indicadores - Rio de Janeiro (RJ).

I. Título.

22-81440

CDD: 363.32098153

CDU: 364.6:323.285(815.3)



Todos os direitos desta edição reservados à
Lamparina editora

Rua Joaquim Silva, 98, sala 201, Lapa
CEP 20241-110, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
21 2252 0247

www.lamparina.com.br

lamparina@lamparina.com.br

Facebook editoralamparina

Instagram lamparinaeditora

Dia em casa e à noite na rua
Os músicos da rua
Todos tocam rompendo o silêncio
Sob o céu negro vemos claramente

A lamparina enche nossos olhos
Habitamos nosso vale
Nossos muros nossas flores nosso sol
Nossas cores e nossa luz

A capital do sol
É feita à nossa imagem
E no abrigo de nossos muros
Nossa porta é a mesma dos homens

(Paul Éluard, "Por um beijo")

